

CPI deverá acabar até 23 de dezembro

A CPI do Orçamento deve concluir seus trabalhos até o dia 23 de dezembro deste ano. A informação foi dada pelo presidente da Câmara, deputado Inocêncio



Oliveira (PFL-PE). Segundo Inocêncio, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) garantiu ontem que pedirá no máximo dez ou 15 dias de prorrogação para os trabalhos da Comissão. "A CPI apresentaria seu relatório final no dia 23 de dezembro", disse o presidente.

Inocêncio almoçou ontem com o relator da CPI, Roberto Magalhães, e o líder do PFL na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), em sua residência. A intenção foi discutir o andamento dos trabalhos da CPI, tendo em vista a votação de mérito da revisão constitucional. Com a aprovação do regimento interno da revisão ontem, começam a correr os prazos para apresentação de emendas e do parecer do relator. As lideranças acreditam que o mérito só será votado em janeiro do próximo ano. "Em janeiro já estaríamos livres da CPI", calcula Inocêncio.

Riqueza — A CPI do Orçamento ouve hoje, a partir das 9h30, o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), um dos sete anões do Orçamento, envolvido no esquema de manipulação de verbas públicas. José Geraldo é tido como um dos parlamentares mais ricos de todos os denunciados pelo economista José Carlos Alves dos Santos.

"É um grande tubarão branco", definiu o senador Ney Maranhão (PRN-PE), após verificar as informações bancárias e patrimoniais de José Geraldo. Maranhão

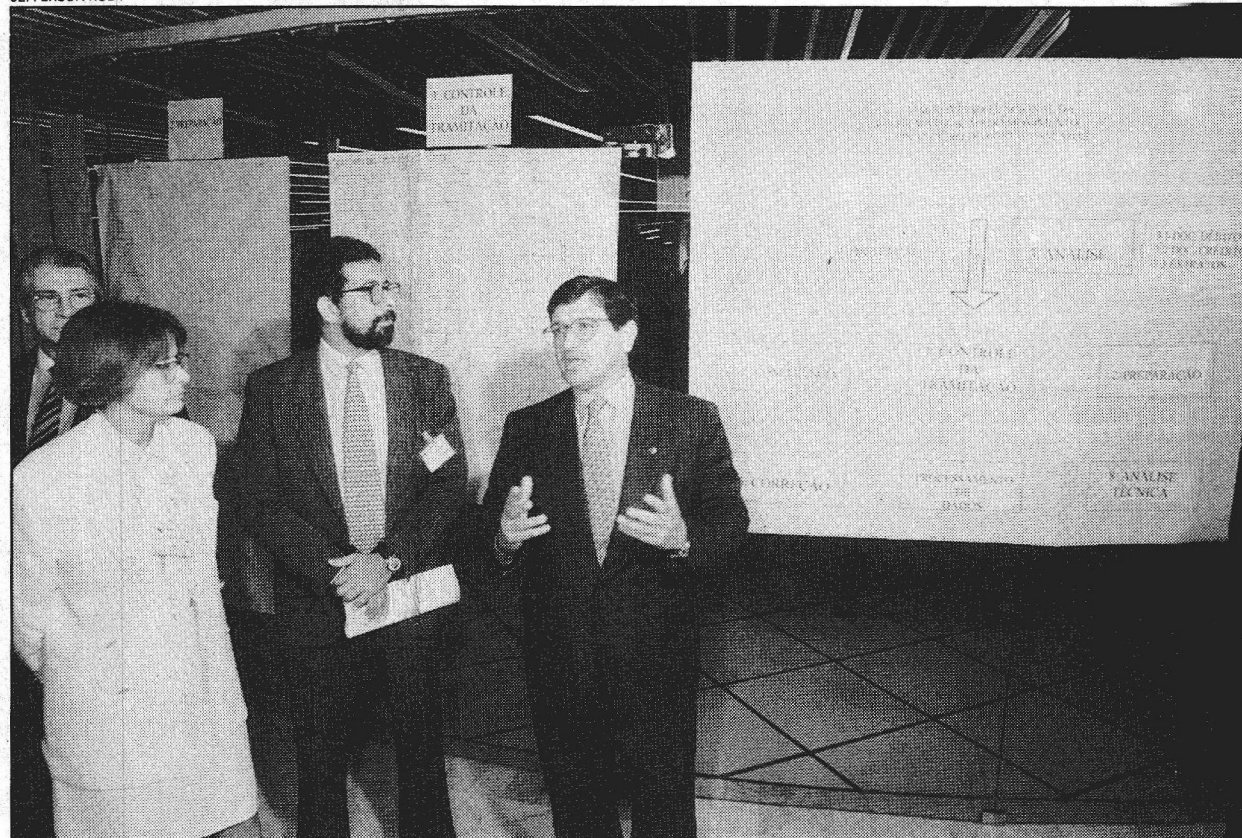
costuma classificar os muito implicados com a Máfia do Orçamento em várias espécies de tubarões. Os maiores, segundo ele, são os "brancos". Os com menos patrimônio o senador chama de "tubarões martelos". Os que não têm são "sardinhas". Também são "tubarões brancos", na definição do senador, os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA) e Manoel Moreira (PMDB-SP), que vão depor ainda esta semana.

As evidências do envolvimento de José Geraldo com a máfia foram encontradas nas Subcomissões de Subvenções Sociais e Patrimônio. Mesmo discreto em cifras bancárias, se comparado ao deputado João Alves (PPR-BA), por exemplo, a Subcomissão de Bancos descobriu dados interessantes sobre o parlamentar mineiro. A conta do deputado José Geraldo no Banco Rural apresenta frequentes depósitos de até 600 mil dólares. As contas eram alimentadas por João Alves e depois o dinheiro era transferido para a empresa KLMG, a holding do grupo empresarial de José Geraldo.

As transferências levaram a CPI a suspeitar de que o dinheiro recebido do esquema do Orçamento primeiro ia para a KLMG e, em seguida, para as outras empresas do deputado. Entre elas a Engesolo, que opera em Brasília e que também servia de sede para entidades filantrópicas controladas pelo deputado. A Engesolo foi investigada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal no Governo de José Aparecido, entre 1985 e 1988.

Na próxima semana depõem mais quatro parlamentares. Na terça-feira, o suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ); na quarta, Fábio Raunheitti (PTB-RJ); na quinta, Sérgio Guerra (PSB-PE), e, na sexta, José Carlos Vasconcelos (PRN-PE). Nader e Raunheitti utilizavam verbas de subvenções em proveito próprio; Sérgio Guerra e José Carlos

JEFFERSON RUDY



Enquanto se espera o novo depoimento, Benito explica seu método de trabalho: preparando técnica de surpresa